



ACÓRDÃO Nº611/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12307/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual Antidrogas – FEAD.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Silvino Vieira Neto (Ordenador de Despesa), Caroline da Silva Braz (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2479/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual Antidrogas - FEAD. Exercício de 2019.

Regularidade. Recomendação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a Prestação de Contas Anual do **Fundo Estadual Antidrogas – FEAD**, referente ao exercício de 2019, sob responsabilidade da **Sra. Caroline da Silva Braz**, na qualidade de Secretária de Estado e Gestora do FEAD ao longo de todo o exercício e de Ordenadora de Despesas no período de 01.01.2019 a 30.04.2019, bem como do **Sr. Silvino Vieira Neto**, o qual figura como Ordenador de Despesas entre 01.05.2019 a 31.12.2019, dando plena quitação aos responsáveis, nos termos dos artigos 1º, inciso II, 22, I, e 23, da Lei nº 2.423/96 c/c o artigo 11, inciso III, alínea “a”, item 3 e art. 189, I, Resolução nº 04/2002-TCE/AM – RITCE;

10.2. Recomendar ao **Fundo Estadual Antidrogas - FEAD** que, por meio de articulação com a Secretaria a qual se encontra vinculado, busque tornar efetiva a atuação do FEAD, em consonância com o princípio constitucional da eficiência, insculpido no artigo 37, *caput*, da Carta Magna, e à luz de todas as funções atinentes ao fundo, estabelecidas no artigo 2º da Lei Estadual nº 2648/2001;



ACÓRDÃO Nº611/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar ciência à Sra. Caroline da Silva Braz e ao Sr. Silvino Vieira Neto da respectiva decisão;

10.4. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral